COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE INDICAÇÃO: Nº 242/2011
AUTOR: GERALDO JÚNIOR
RELATORA: ERON VASCONCELOS – TIA ERON

PARECER

O **Projeto de Indicação nº 242/2011** de autoria do nobre **Vereador Geraldo Júnior**, que sugere ao **"Exmo. Governador do Estado da Bahia, que seja destinado um espaço exclusivo para a prática de eventos automobilísticos"** está em consonância com o que determina o **art. 197 da Resolução 910/91,** que trata do **Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador**, compete a esta **Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final** se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e quanto a técnica legislativa aplicada.

É relevante ressaltar que o trabalho realizado pela Coordenação das Comissões e do Setor de Análise e Pesquisa, que, com trabalho criterioso e técnico detalhado e análise aprimorada, corroborou para fundamentação e emissão deste Parecer.

Com relação à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, no **Projeto de Indicação Nº 242/2011,** que indica ao **"Exmo. Governador do Estado da Bahia, que seja destinado um espaço exclusivo para a prática de eventos automobilísticos"** em análise não existe lacuna de ordem técnica e com fulcro no art. 61 da Resolução 910/91, que versa sobre a competência desta Comissão, e, amparado no art. 176 do referido diploma e por não se verificar vícios que afrontem a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno.

A proposição em comento do nobre edil Geraldo Júnior tem por finalidade proporcionar aos baianos a prática esportiva da modalidade automobilística incentivando desta forma o lazer e o entretenimento dos soteropolitanos com mais uma opção de prática esportiva que atrai um público fiel e apaixonado em todo o país, por isso consideramos

louvável a iniciativa do vereador, que deverá atentar para a boa técnica legislativa quando da sua produção textual e formatação do mesmo.

Por não se verificar vícios que afrontem a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, a proposição em epígrafe encontra-se em conformidade com o Regimento Interno e apta, portanto, a seguir sua tramitação.

Ex-positis, opino pela **constitucionalidade e legalidade** do presente **Projeto de Indicação 242/2011** em análise, uma vez que a mesma está em consonância com a **Constituição Federal, o Regimento Interno desta Casa Legislativa e a Lei Orgânica do Município de Salvador**, portanto, **o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.**

Este é o PARECER,

Em 03.07.2013

Vereadora Eron Vasconcelos – Tia Eron (PRB)
Vice Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

- ACOMPANHARAM O VOTO DO RELATOR OS EDIS: KIKI BISPO, LEO PRATES ALFREDO MANGUEIRA E WALDIR PIRES.